## EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO AO PROJETO DE LEI Nº 5.891, DE 2016.

Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre o aforamento e a alienação de imóveis da União.

## EMENDA Nº 3

	Acre	sça	-se a	ao Pr	ojeto	de	Lei r	า⁰ 5	.891	, de	2016,	0 S	egui	nte
art. 4º:														
	"Art.	4°	Os	arts.	167	е	176	da	Lei	nº	6.015,	de	31	de
dezembro de 1973, p	oassa	m a	vigo	orar co	om as	s se	eguin	tes	alter	açõ	es:			

'Art. 167 I
43. da inscrição da ocupação de terrenos de marinha e acrescidos.
······································
'Art. 176

§ 9º Os atos referentes a direito de superfície, inclusive instituído por cisão, entre eles os de constituição de direitos reais de gozo ou de garantia, bem como os de

indisponibilidade ou constrição, incidentes sobre o solo, domínio útil ou pleno, e sobre a construção ou plantação, serão registrados separadamente na mesma matrícula, devendo o oficial discriminar o conjunto de direitos e obrigações vinculados ao solo, de responsabilidade exclusiva do concedente, e o correspondente aos direitos e obrigações vinculados à construção ou à plantação, pelas quais responde exclusivamente o concessionário. (NR)"

Sala da Comissão, em 7 de dezembro de 2016.

Deputado JAIME MARTINS
Presidente